PAGOS

PANORAMA ECONÔMICO

JULHO 2025

IA SEM CONTROLE: O RISCO INVISÍVEL NO SEU ECOSSISTEMA

Falhas em bots e APIs expõem dados críticos. Um alerta urgente para o setor financeiro.

COMUNICAÇÃO COMO MOTOR DE CRESCIMENTO E CONFIANÇA

Como fintechs e associações usam a comunicação para engajar, educar e crescer.

FINTECHS NA LINHA DE TIRO: O RISCO REAL POR TRÁS DA NOVA CSLL

POR TRÁS DA MP1303, ARTICULAÇÕES SILENCIOSAS AMEAÇAM SUFOCAR AS FINTECHS. O SETOR PRECISA ESCOLHER: SE CALAR OU RESISTIR.

pagos.org.br

PAGOS.ORG.BR

Seja parte da mudança. Associe-se à PAGOS.

Fazer parte da PAGOS é integrar um grupo de empresas que está moldando o futuro dos meios de pagamento no Brasil. Aqui, você tem voz ativa, acesso direto às lideranças do setor e participa das decisões que impactam o mercado.

Associe-se

Não fique de fora do que realmente está movendo o mercado.

Venha construir o futuro com a gente.

BENEFÍCIOS

- Representatividade em agendas com reguladores e formuladores de políticas públicas
- Acesso a encontros exclusivos com autoridades e especialistas
- Participação em frentes de trabalho estratégicas (Pix, Open Finance, Regulação etc.)
- Troca com fintechs e empresas inovadoras de todo o país
- Conteúdos técnicos, análises econômicas e atualizações do setor
- Networking qualificado com os principais players do ecossistema

Ficha técnica

Título: **PANORAMA ECONÔMICO PAGOS**

Edição: **Julho 2025**

A edição de julho do Panorama Econômico Pagos aprofunda os desafios fiscais e regulatórios enfrentados pelo setor de fintechs diante do aumento da CSLL, com análises técnicas, entrevistas exclusivas e posicionamento institucional da Pagos. Destacamos o painel promovido na 34ª reunião da associação, que debateu os impactos da medida provisória sobre a competitividade das instituições de pagamento, além dos riscos jurídicos e efeitos sobre a inclusão financeira. Abordamos também o cenário macroeconômico global, com atenção especial à tensão comercial entre Brasil e Estados Unidos, à trajetória da política monetária no Fed e BCE, e às perspectivas de crescimento na China e América Latina. A publicação traz ainda uma análise crítica sobre os riscos silenciosos da inteligência artificial no setor de pagamentos, o avanço do Pix como meio predominante de transações, e o impacto da tributação sobre IOF e IR para fintechs. Por fim, registramos as ações sociais realizadas pela Pagos e uma reflexão sobre o papel do trabalho, da solidariedade e da sabedoria popular na construção de um país mais justo e resiliente.

Equipe

Editor-Chefe: **Luiz Carlos Pereira**

Equipe de Produção:
Revisão: **Luiz Carlos Pereira** e **Arthur Marabin**
Designer: **Flávio Gual**
Diagramação: **Flávio Gual**
Coordenação: **Livia Ikeda Martins**, **Arthur Marabin** e **Sandro Ari Pinto**
Apoio Editorial: **Ricardo Albregard** e **Gabriel Della**

Diretoria PAGOS:
Presidente: **Linconl Rocha**
VP Emissores: **Valéria Carrete**
CEO e VP Tecnologia e Governança: **Luiz Carlos Pereira**
VP Financeiro e Assuntos Internos: **Marcio Campos**
VP Marketing e Parcerias: **Sandro Ari Pinto**
VP Relações Institucionais: **Carlos Akira Sato**
VP Facilitadores de Pagamento: **Daniel Nery**
VP de Regulatórios e Compliance: **Pedrina Braga**
VP Educação e Estratégia: **Carlos Ogata**

PAGOS - Associação de Gestão de Pagamentos Eletrônicos

Contato Comercial: 11 99597-9967
E-mail: contato@pagos.org.br
Site: www.pagos.org.br

© 2025 PAGOS. Todos os direitos reservados.

Palavra do presidente

Fintechs, Crises e o Valor da Resiliência

Caros associados,

O mês de julho nos obriga a refletir sobre o real significado da resiliência. Em um momento em que a economia brasileira avança com um crescimento ainda estável, mas sob nuvens inflacionárias e turbulências políticas, o setor de fintechs se vê, mais uma vez, no centro do furacão – não por fraqueza, mas por protagonismo.

Seguimos crescendo. Somos um setor que dobrou de tamanho em meia década, desafiou estruturas e democratizou o acesso financeiro a milhões de brasileiros. Mas ser protagonista tem preço. O contexto atual nos coloca diante de desafios que extrapolam fronteiras e categorias. A crise diplomática deflagrada pelas novas tarifas norte-americanas – politizadas na essência – escancarou que a inovação brasileira entrou no radar do comércio internacional.

Em comunicado à USTR (United States Trade Representative), o presidente Donald Trump instruiu a abertura de uma investigação formal sob a Seção 301 da Trade Act de 1974, alegando que o Brasil adota práticas comerciais digitais discriminatórias. O foco da investigação inclui pagamentos instantâneos, supostas tarifas preferenciais e regulamentações que favorecem o Pix sobre concorrentes internacionais, o que, segundo a alegação norte-americana, criaria um ambiente desleal para empresas dos EUA no setor de meios de pagamento. A medida foi acompanhada do anúncio de tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2025 (Fonte: Financial Times, 21/07/2025).

No ambiente interno, o cenário também exige atenção constante. O mercado financeiro projeta uma inflação de **5,10% para 2025**, índice que, embora em queda nas últimas semanas, ainda permanece **acima da meta central de 3%** estipulada pelo Banco Central. A taxa Selic, por sua vez, segue elevada em **15% ao ano**, patamar que tende a ser mantido diante dos riscos inflacionários persistentes. Além disso, o ambiente de instabilidade econômica vem provocando reações nos mercados — como a cautela nos investimentos de renda variável e a elevação do prêmio de risco. Nesse contexto, o aperto regulatório e fiscal, incluindo discussões **sobre reportes automáticos de transações via Pix**, amplia os desafios para as fintechs no segundo semestre.

Precisamos reafirmar alguns princípios inegociáveis. Primeiramente: respeito irrestrito à ética, à legalidade e à reputação. Não existe crescimento sustentável onde há permissividade. Não se negocia com desvios fiscais, evasão, lavagem ou complacência com o crime organizado.

Em segundo lugar: defesa incondicional da entrada de novos players. Nossa história foi escrita por quem ousou começar pequeno. Enfraquecer a renovação é enterrar o futuro.

A Pagos tem cumprido sua missão com intensidade redobrada. Participamos de diálogos com os Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento, Banco Central e autoridades de diversos setores. Fortalecemos nossos comitês, expandimos a Universidade Pagos e mantemos uma presença técnica e institucional sólida.

2025 é o ano da maturidade. Crescer com responsabilidade, escalar com governança e impactar com ética serão os pilares dos próximos capítulos. Que cada associado compreenda seu papel neste processo.

Nosso ecossistema é jovem, ágil, mas precisa ser resiliente. A força que nos trouxe até aqui agora se multiplica pela união e consciência coletiva. Estamos prontos para os próximos embates — diplomáticos, fiscais, regulatórios ou tecnológicos.

Juntos, seguimos navegando o futuro. Juntos, seguimos sendo a Pagos.

Linconl Rocha
Diretor Presidente

O risco do aumento da CSLL e os impactos nas Instituições de Pagamento

Na 34ª Reunião da Associação PAGOS, realizada em 25 de junho de 2025, foi promovido um painel estratégico intitulado "O atual cenário fiscal do país e o risco do aumento da CSLL". O encontro reuniu especialistas para debater os potenciais impactos da Medida Provisória que propõe elevar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 9% para 15% para instituições de pagamento, além de analisar o contexto fiscal mais amplo do país e a insegurança jurídica decorrente. Participaram do painel Lincoln Rocha, presidente da PAGOS; Edu Pires, como moderador; Carlos Henrique Ribeiro Pelliciari, especialista tributário e sócio do escritório Fialdini Advogados; e Ruth Batista Cruz Quevedo, Diretora de Relações Institucionais da PAGOS e especialista em compliance regulatório.

O painel partiu da nota técnica encaminhada pela PAGOS ao Ministério da Fazenda, redigida de forma colaborativa entre associações e lideranças do setor. Ruth Quevedo destacou que o documento foi elaborado para tentar frear os efeitos de uma medida considerada precipitada e sem diálogo prévio com o mercado. A nota concentrou-se em cinco pontos críticos que apontam para uma série de distorções regulatórias e assimetrias competitivas que podem prejudicar gravemente o setor de meios de pagamento, especialmente as fintechs e instituições de pagamento (IPs).

Da esquerda para a direita: Eduardo Pires, Dr. Carlos Henrique Pelliciari, Dra. Ruth Quevedo e Linconl Rocha

O primeiro ponto abordado é a ausência de diálogo e de uma análise prévia de impacto regulatório por parte do governo. Segundo Ruth, não houve qualquer tipo de consulta ao setor, tampouco estudos técnicos que embasassem a elevação da alíquota. Foi destacado que, ao contrário do Banco Central, que já tem como prática consolidada a realização de AIR (Análise de Impacto Regulatório), o Executivo federal deixou de cumprir essa obrigação mínima ao apresentar a medida de forma súbita.

Dra. Ruth Quevedo

O segundo ponto trata da estrutura das IPs e da impossibilidade de compará-las com instituições financeiras tradicionais. Ruth explicou que as IPs não podem operar com depósitos à vista, tampouco possuem estrutura de alavancagem típica de bancos. Isso gera limitações operacionais e aumento de custo de captação, o que torna injustificável uma equiparação tributária.

O terceiro ponto foca nos efeitos sobre a inclusão financeira e a bancarização. Foi ressaltado que as IPs foram as principais responsáveis pela ampliação do acesso da população a serviços financeiros básicos nos últimos anos, atingindo mais de 40 milhões de brasileiros desbancarizados. A elevação da CSLL, sem compensações, pode obrigar as empresas a repassar o custo ao consumidor, encarecendo serviços antes gratuitos e limitando o acesso da população mais vulnerável.

O quarto aspecto analisado refere-se à insegurança jurídica. A ausência de clareza conceitual sobre o que define uma instituição financeira e uma instituição de pagamento tem gerado autuações equivocadas e interpretações arbitrárias por parte da Receita Federal. Carlos Henrique lembrou que, durante anos, a Receita e o Banco Central mantiveram posturas distintas quanto à natureza das IPs, e que essa ambiguidade normativa abre margem para judicializações e retração de investimentos.

Dr. Carlos Henrique Pelliciari

O quinto e último ponto é o da assimetria concorrencial. Instituições de pagamento são erroneamente tratadas como bancos apenas com base em seu crescimento, desconsiderando o modelo de negócios distinto, que não envolve a criação de crédito nem a captação de recursos do público. O temor é que a mudança seja motivada por pressão de grandes instituições financeiras preocupadas com a perda de espaço no mercado. Pelliciari observou que há uma visão crescente na fiscalização de que as IPs seriam 'bancos disfarçados', o que ignora completamente os critérios técnicos e regulatórios definidos pelo próprio Banco Central.

Durante o painel, foi discutido como a proposta, caso consolidada, pode gerar efeitos dominó sobre a estrutura do setor. A nova tributação incidiria sobre empresas que não possuem os mesmos mecanismos de compensação fiscal de bancos tradicionais, e que, portanto, estariam em desvantagem competitiva. Ruth enfatizou que, além da questão tributária, há um impacto direto sobre a capacidade de inovação e de crescimento das fintechs.

Edu Pires, à esquerda, e Dr. Carlos Henrique Pelliciari

Rumores de bastidores também foram abordados. Segundo Edu Pires, há indícios de que entidades representativas do setor bancário tenham atuado nos bastidores para influenciar a medida, aproveitando-se da ausência de regulamentação clara sobre os limites de atuação das IPs. Foi citado que algumas fintechs já possuem porte superior ao de bancos médios, o que tem provocado incômodo em setores tradicionais do sistema financeiro.

O painel reforçou o papel fundamental das associações na articulação entre setor privado e o poder público. Lincoln Rocha enfatizou que a luta contra distorções regulatórias deve ser feita de forma técnica, coordenada e contínua. A nota técnica foi recebida como um exemplo de mobilização bem-sucedida, que já teria contribuído para a queda de parte do pacote fiscal, como foi o caso da cobrança de IOF sobre previdência. No entanto, a CSLL continua em debate no Congresso Nacional.

Linconl Rocha

O evento também indicou caminhos possíveis para uma proposta mais justa. Foi mencionada a possibilidade de usar os critérios do Banco Central, como a classificação S1 a S5, para modular a tributação de acordo com o porte e risco sistêmico das instituições. Essa abordagem permitiria preservar a estabilidade fiscal sem sufocar a inovação e a concorrência no setor financeiro digital.

Como concluiu Ruth Quevedo, a missão da PAGOS é manter o setor mobilizado, tecnicamente embasado e atento aos movimentos em Brasília: "Se a gente não tem um canal, a gente provoca com uma nota técnica".

PAGOS

Fórum PAYMENT ANYWAY

Os **meios de pagamento** estão em **constante transformação** e a **PAGOS** vai estar no **centro dessa conversa** no **Payment Anyway 2025**!

20 OUT. | **WTC CENTRO DE EVENTOS**

pagos.org.br

BATE-BOLA PAYMENT

Fintechs sob pressão: especialistas presentes na 34ª reunião da Pagos analisam impactos do aumento da CSLL no Brasil

Por Lívia Ikeda Martins - Comunicadora Social, Coordenadora do Panorama Econômico Pagos e Assessora de Imprensa da Pagos

Com o avanço da proposta de aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o setor empresarial brasileiro, especialmente fintechs e instituições de pagamento, vê-se diante de um cenário fiscal desafiador. Em entrevistas exclusivas durante a reunião da Pagos do mês de junho, especialistas e líderes do setor discutem os riscos jurídicos, impactos econômicos e estratégias de adaptação. Dados recentes reforçam a urgência do debate.

Dra. Ruth Quevedo: "É preciso revisar contratos com urgência"

Dra. Ruth Quevedo, Diretora de Relações Institucionais da Pagos

Diretora de Relações Institucionais da Pagos, Ruth Quevedo alerta para os riscos contratuais e societários diante da nova carga tributária. "As empresas precisam revisar seus contratos de parceria, societários e de prestação de serviços para garantir conformidade e compensação fiscal adequada", afirma.

Ela destaca que o regime tributário adotado, lucro presumido ou real, deve ser considerado na reestruturação. "A mudança pode desestruturar acordos internos e afetar investimentos. O planejamento tributário estratégico é essencial para mitigar riscos futuros".

Um estudo da Associação Pagos aponta que o aumento da CSLL pode reduzir o lucro líquido de fintechs como Nubank, Stone e PagBank em até 9,2% até o final de 2025, superando estimativas anteriores de 7%.

Dr. Carlos Henrique Pelliciari: "Há risco de judicialização"

À esquerda, a Comunicadora e Assessora de imprensa da Pagos, Lívia Ikeda, com o Dr. Carlos Henrique Pelliciari

Como instituições de pagamento não são equiparadas às instituições financeiras tradicionais, a elevação da carga tributária acentua uma assimetria já existente no sistema fiscal e, durante o evento, o advogado Henrique Pelliciari, sócio da área tributária da Fialdini Advogados, destacou um equívoco recorrente na interpretação quanto ao trabalho praticado por essas instituições. Segundo ele, muitas das notificações que essas empresas recebem, decorrem da falsa percepção de que seriam uma espécie de "instituições financeiras incubadas", em processo de gestação. "Não são. Trata-se de outro serviço, com outra lógica de aproveitamento fiscal", afirmou. Pelliciari ressaltou que, por não possuírem os mesmos direitos das instituições financeiras, não se pode aplicar a elas o conceito de simetria de alíquota.

O especialista ainda pontuou que, embora o Congresso tenha autonomia para votar aumentos de alíquota, inclusive de forma generalizada, isso não configura simetria, mas sim uma assimetria tributária que pode impactar diretamente a sustentabilidade das empresas do setor. "Todo mundo pode pagar 50% de imposto e a gente ter que fechar todas as empresas, mas isso não é uma simetria de alíquota,

é assimétrica e uma questão muito importante", concluiu.

Eduardo Vils: "A inovação foi nossa resposta às barreiras regulatórias"

À esquerda, a Comunicadora e Assessora de Imprensa da Pagos, Lívia Ikeda, com Eduardo Vils

Ex-sócio e fundador da fintech Justa, Eduardo Vils compartilha a trajetória da empresa em meio a desafios regulatórios. "No início, enfrentamos dificuldades para entender e adaptar-nos às normas do setor financeiro. A confiança dos usuários foi conquistada com tecnologia e eficiência".

Ele reforça que a inovação constante foi essencial para consolidar a Justa no mercado. "Simplificamos processos e democratizamos o acesso a produtos financeiros. Mas mudanças como o aumento da CSLL exigem agilidade e resiliência das fintechs".

José Maria Mendes: "A coopetição é o caminho para fortalecer o setor"

José Maria Mendes, da Consultoria em Meios de Pagamento Company Owner

Veterano do setor de meios de pagamento, José Maria Mendes, da Consultoria em Meios de Pagamento Company Owner, participou da reunião da Pagos do mês de junho e destacou a importância da colaboração entre concorrentes. "A coopetição, união entre empresas que competem, é essencial para a sustentabilidade do mercado".

Durante a reunião, ele elogiou o debate sobre o regulatório do CSI (Contexto Sistêmico de Liquidação) e defendeu a troca de boas práticas. "Mesmo atuando em áreas diferentes, como captura de dados e processamento, precisamos ampliar o conhecimento e fortalecer o ecossistema".

Inclusão financeira em risco?

Segundo o Banco Central, o Brasil atingiu 84% de adultos com conta bancária em 2021, mas a resiliência financeira ainda é baixa. A elevação da CSLL pode comprometer esse avanço, especialmente entre públicos vulneráveis.

Estudos indicam que o Open Finance e o Pix foram motores da inclusão nos últimos anos, mas o aumento da carga tributária pode reduzir a oferta de produtos acessíveis e elevar os spreads de crédito.

Planejamento e diálogo são cruciais

As entrevistas revelam um consenso: o aumento da CSLL exige revisão contratual, planejamento tributário e cooperação entre empresas. A insegurança jurídica e os riscos econômicos tornam urgente o diálogo entre setor privado e governo.

Como resumiu a Dra. Ruth Quevedo: "Não se trata apenas de cumprir regras, mas de garantir que o setor continue inovando, incluindo e crescendo, mesmo diante de desafios fiscais".

Aluguel de terminais da TNS, você foca no crescimento, nós cuidamos da tecnologia.

A base sólida que seu negócio precisa para crescer.

Nossa solução de aluguel de terminais é moderna, confiável e vem acompanhada de conectividade, gestão de dados e logística integradas, permitindo que você foque no que realmente importa: o crescimento do seu negócio.

Gestão de Dados

Controle total com a plataforma TNSManagerPro.

Gestão de Hardware

Monitoramento e administração de dispositivos via MDM.

Logística Nacional

Equipamentos entregues em qualquer ponto de venda no Brasil.

Conectividade Móvel

Planos de 20MB a 100GB com todas as operadoras em uma única fatura.

Conheça nosso hub de soluções

tnsi.com.br

TNS

Panorama econômico - Julho 2025

Rogério Mori

Professor de Carreira de Economia da Escola de Economia de São Paulo da FGV (FGV EESP).

Coordenador de Programas de MBA da FGV.

Economista do Grupo Davos.

Estados Unidos

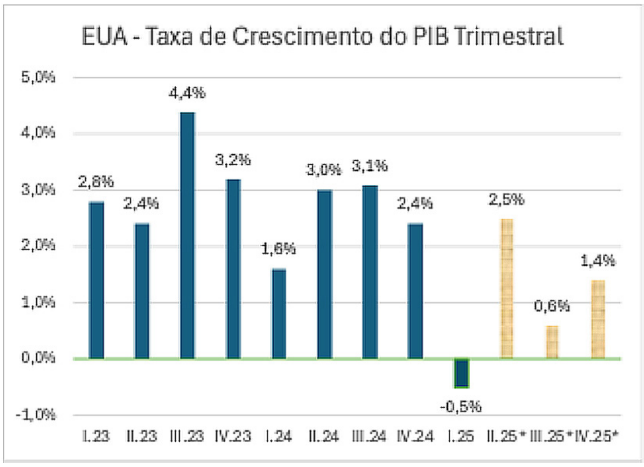
Após uma trégua temporária na guerra tarifária, observou-se algum movimento nas negociações comerciais entre os países envolvidos. Desde então, houve alguns poucos avanços em novos acordos, e os prazos para o término formal da trégua estão se aproximando, aumentando a incerteza no cenário internacional.

Nesse contexto de indefinição e ausência de progressos concretos, ganha força a expectativa de que uma nova rodada de elevação das tarifas comerciais seja implementada. Tal cenário é considerado mais provável do que qualquer movimento no sentido de redução ou flexibilização das tarifas atualmente vigentes.

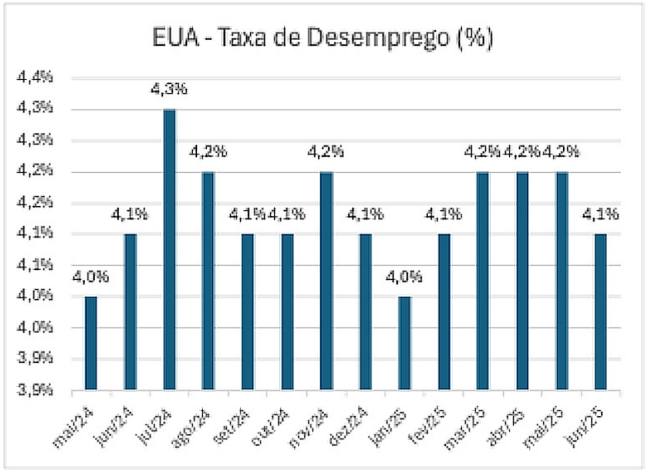
Apesar desse ambiente de maior protecionismo, a atividade econômica tem demonstrado resiliência até o momento nos EUA, mantendo um desempenho relativamente robusto.

A inflação, por sua vez, ainda não refletiu de maneira expressiva os efeitos das tarifas mais elevadas, o que sugere uma defasagem na transmissão desses impactos aos preços internos.

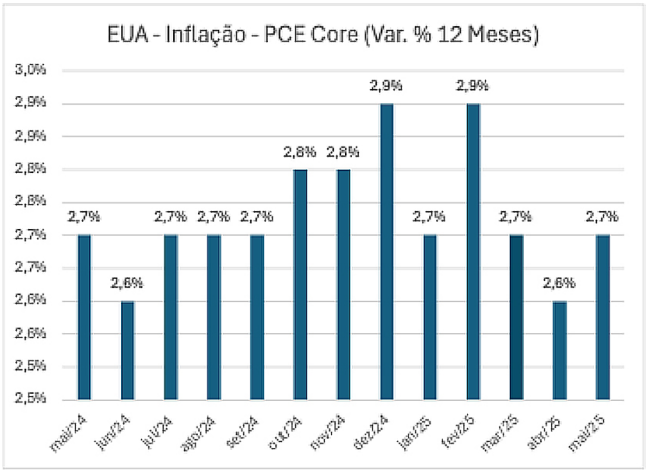
Estima-se, no entanto, que eventuais aumentos adicionais nas tarifas possam adicionar entre 0,5 e 0,7 ponto percentual ao núcleo do índice de preços de despesas com consumo pessoal (PCE core), indicador amplamente monitorado pelo Federal Reserve. Com isso, a inflação subjacente deverá permanecer acima de 3% no curto prazo, o que pode influenciar a condução da política monetária nos próximos meses.



Fonte: US Bureau of Economic Analysis e Trading Economics



Fonte: US Bureau of Labor Statistics



Fonte: US Bureau of Economics Analysis

O Federal Reserve deverá manter sua abordagem cautelosa e gradual na condução da política monetária, calibrando suas decisões com base na trajetória observada da inflação e nos sinais da atividade econômica. Essa postura de dependência dos dados ("data-dependent") segue sendo o pilar central da estratégia do banco central norte-americano.

A resiliência da economia dos Estados Unidos —

evidenciada por indicadores robustos de consumo, mercado de trabalho e investimentos — tem reduzido, até o momento, a urgência de cortes imediatos na taxa básica de juros.

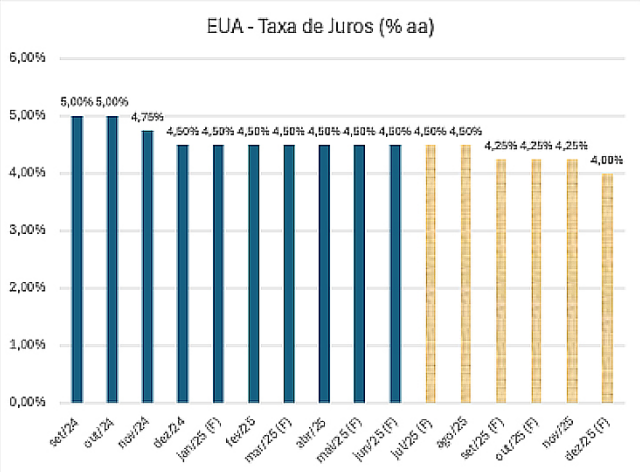
No entanto, os sinais recentes de desaceleração na margem, observados em determinados segmentos da atividade abrem espaço para uma flexibilização gradual da política monetária ao longo do segundo semestre.

Nesse cenário, cresce a probabilidade de que o Fed implemente dois cortes de 25 pontos-base até o final deste ano, desde que a inflação continue a mostrar uma tendência consistente de convergência em direção à meta de 2% ao ano.

A materialização dessa expectativa, contudo, dependerá da dinâmica inflacionária nos próximos meses — especialmente da evolução dos núcleos de inflação, que excluem componentes mais voláteis como energia e alimentos.

Em paralelo, um fator de preocupação adicional no horizonte macroeconômico dos EUA é o recente orçamento federal aprovado pelo Congresso. O novo plano orçamentário prevê um aumento dos déficits fiscais, com projeções de elevação do desequilíbrio primário dos atuais 5,5%–6% do PIB em 2024 para um patamar entre 6,5% e 7% do PIB em 2025. Esse movimento fiscal expansionista, num contexto de endividamento já elevado, pode gerar pressões adicionais sobre as expectativas de inflação e sobre os prêmios de risco exigidos pelos investidores.

Como consequência, a curva de juros norte-americana tende a reagir negativamente à deterioração fiscal. A expectativa é de uma elevação dos yields dos títulos do Tesouro (Treasuries), sobretudo nos prazos mais longos, à medida que o mercado precifica um maior risco fiscal e uma necessidade crescente de emissão de dívida pelo governo federal.



* - Projeções

Fonte: Federal Reserve

Zona do Euro

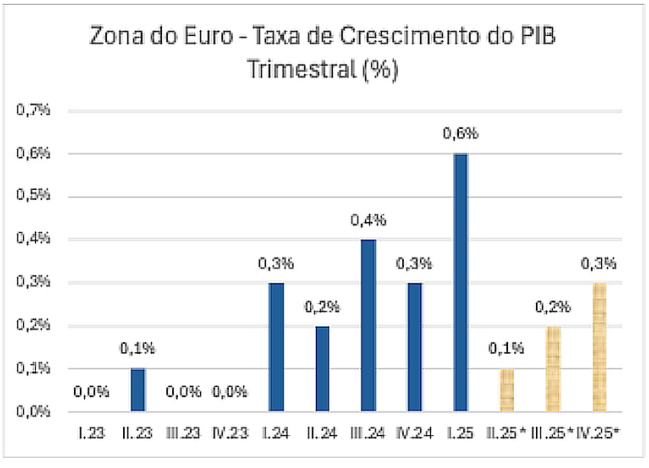
Conforme amplamente antecipado, o Banco Central Europeu (BCE) implementou uma nova redução da taxa de juros de referência da Zona do Euro em sua reunião de junho. A decisão foi acompanhada por uma sinalização firme de que o processo desinflacionário está em curso, com a inflação se aproximando do nível compatível com a meta de 2% ao ano, estabelecida pela autoridade monetária.

Durante a reunião, os membros do Comitê de Política Monetária destacaram uma melhora relevante no cenário inflacionário projetado para os anos de 2025 e 2026. Essa avaliação mais benigna reflete principalmente dois fatores: a queda consistente dos preços de energia, especialmente gás natural e petróleo, e a valorização recente do euro frente a outras moedas, o que contribui para reduzir o custo de importações e suavizar pressões inflacionárias internas.

Em paralelo, o BCE reconheceu que a atividade econômica da região permanece relativamente resiliente, mesmo diante de um ambiente global adverso marcado por tensões tarifárias e incertezas geopolíticas.

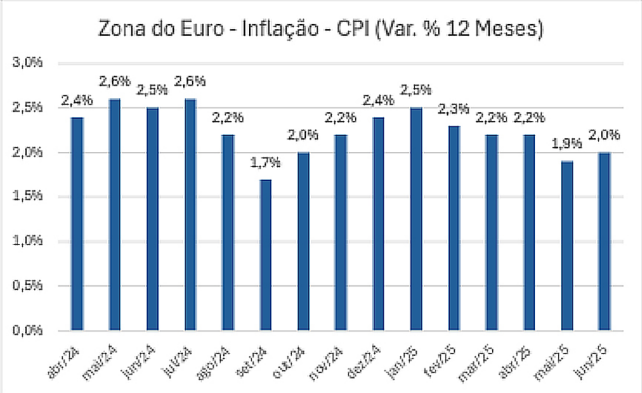
Essa resiliência tem sido amparada, em grande parte, pelo aumento expressivo dos investimentos públicos em áreas estratégicas, como defesa e infraestrutura, impulsionando a demanda agregada e sustentando o crescimento em várias economias do bloco.

Diante desse cenário, a expectativa é que o BCE realize pelo menos mais um corte de juros ao longo do segundo semestre de 2025. Esse movimento adicional levaria a taxa terminal de juros da região para 1,90% ao ano, consolidando um ciclo de afrouxamento monetário iniciado em resposta à desaceleração inflacionária e à necessidade de estímulo à atividade econômica.

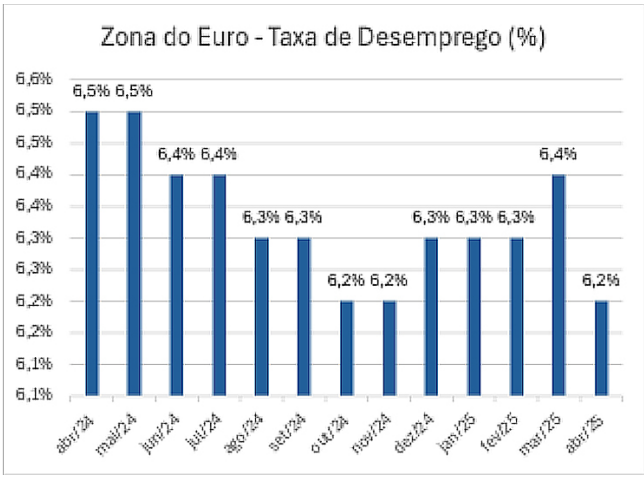


* - Projeções

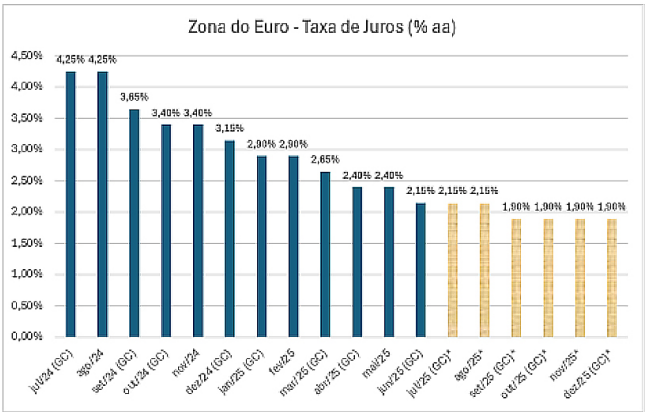
Fonte: ECB Elaboração Própria



Fonte: Eurostat



Fonte: Eurostat



* - Projeções

Fonte: ECB Elaboração Própria

China

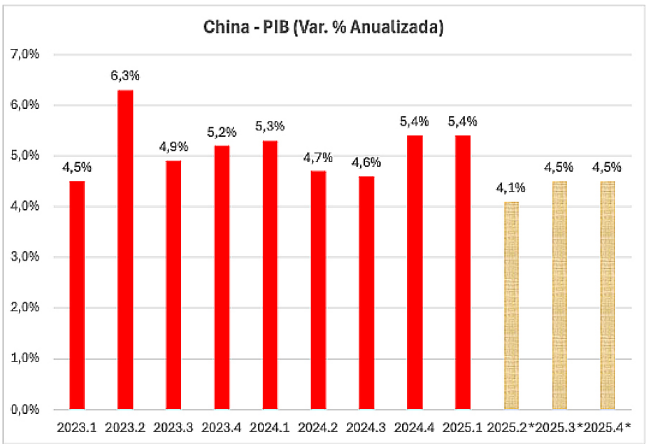
Apesar do cenário global ainda marcado por incertezas e tensões geopolíticas as exportações chinesas vêm demonstrando uma notável resiliência.

Esse desempenho positivo tem sido impulsionado por uma estratégia bem-sucedida de diversificação geográfica das vendas externas, com ênfase na ampliação da presença comercial da China em mercados emergentes da Ásia, América Latina e África.

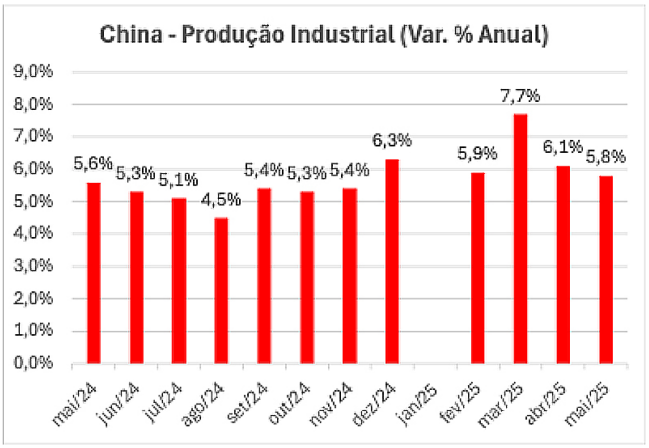
Essa reconfiguração dos fluxos de comércio internacional tem permitido à China mitigar parcialmente os efeitos negativos da desaceleração da demanda nos EUA.

Nesse contexto, a necessidade de adoção de novos estímulos governamentais no curto prazo parece, por ora, menos urgente. Além disso, o avanço mais célere do que o inicialmente previsto na implementação das medidas fiscais anunciadas pelo governo central para este ano reforça a percepção de que os instrumentos de política econômica estão sendo utilizados de forma pró-ativa e eficaz para sustentar a atividade doméstica.

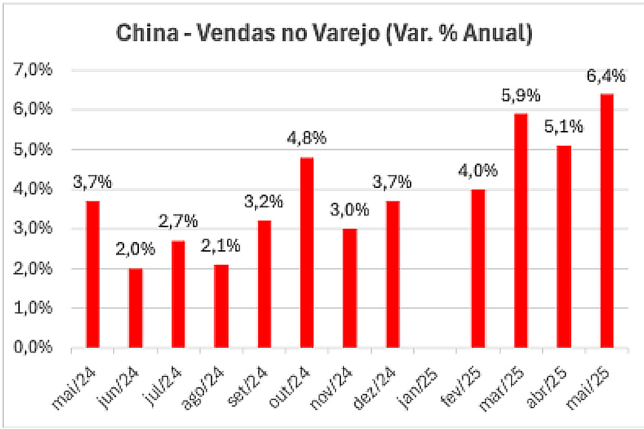
Com base nesse cenário de resiliência externa e acomodação fiscal, as projeções de crescimento da economia chinesa seguem relativamente robustas. Estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) do país deverá registrar expansão de 4,5% em 2025, desacelerando moderadamente para 4,0% em 2026, à medida que os efeitos dos estímulos se dissipem e a economia avance em sua transição para um modelo de crescimento mais pautado no consumo interno.



Fonte: National Bureau of Statistics of China



Fonte: National Bureau of Statistics of China



Fonte: National Bureau of Statistics of China

América Latina

A recente atenuação das tensões comerciais entre Estados Unidos e China tem proporcionado um alívio relevante no ambiente externo, o que contribui para uma melhora das condições macroeconômicas globais.

Esse desdobramento tem implicações positivas diretas para as economias da América Latina, uma vez que reduz o grau de incerteza geopolítica e favorece a estabilidade dos fluxos de comércio e investimentos internacionais.

Em particular, os países da região com perfil exportador de commodities são beneficiados pela melhora nos termos de troca, impulsionada por uma retomada da demanda global por matérias-primas e produtos agrícolas.

Do ponto de vista doméstico, os dados de atividade econômica recentemente divulgados para diversos países latino-americanos vieram, em sua maioria, acima das projeções de mercado.

Além disso, observa-se uma evolução mais favorável do quadro inflacionário. Em diversas economias da região, a inflação tem apresentado sinais de desaceleração na margem.

Esse ambiente mais benigno no front inflacionário amplia o espaço para uma atuação mais acomodatícia por parte dos bancos centrais, com possibilidade de cortes graduais nas taxas de juros ao longo dos próximos trimestres — desde que não haja reversão dos ganhos recentes.

AMÉRICA LATINA - PROJEÇÕES ECONÔMICAS

ARGENTINA	2024	2025	2026
PIB (Var. %)	-1,7%	5,0%	4,0%
Taxa de Câmbio - ARS/USD (fim de período)	1.032,5	1.300,0	1.550,0
Taxa de Juros - %aa (fim de período)	32%	30%	20%
Inflação - IPC (%)	117,8%	27,0%	20,0%

CHILE	2024	2025	2026
PIB (Var. %)	2,6%	2,5%	2,0%
Taxa de Câmbio - CLP/USD (fim de período)	996	940	920
Taxa de Juros - %aa (fim de período)	5,00%	4,25%	4,00%
Inflação - IPC (%)	4,5%	3,7%	3,0%

COLÔMBIA	2024	2025	2026
PIB (Var. %)	1,7%	2,5%	2,5%
Taxa de Câmbio - COP/USD (fim de período)	4.409	4.400	4.200
Taxa de Juros - %aa (fim de período)	9,50%	8,50%	7,50%
Inflação - IPC (%)	5,2%	4,9%	3,6%

MÉXICO	2024	2025	2026
PIB (Var. %)	1,5%	0,0%	1,0%
Taxa de Câmbio - MXN/USD (fim de período)	20,80	20,00	20,50
Taxa de Juros - %aa (fim de período)	10,00%	7,50%	7,00%
Inflação - IPC (%)	4,6%	4,0%	3,7%

Fontes: Banrep, Banxico, BCRA, BCCh, Indec, INE e INEGI.

BRASIL

Atividade econômica: o ritmo da economia brasileira continua surpreendendo positivamente, sustentado por um mercado de trabalho ainda relativamente aquecido.

Contas públicas: o cenário fiscal segue preocupante, com o governo enfrentando crescentes dificuldades para melhorar os resultados por meio do aumento da arrecadação.

Setor externo: houve melhora nas contas externas em relação ao mês anterior, mas o déficit em conta corrente permanece acima do nível observado no mesmo período do ano passado. Perspectiva de elevação de tarifas pelos EUA impõe desafios à manutenção do expressivo saldo comercial positivo.

Inflação: os índices de preços têm mostrado alívio no curto prazo, impulsionados pela queda nos preços dos alimentos e pela valorização do real.

Atividade Econômica

A economia brasileira tem sinalizado uma moderação no ritmo de crescimento, especialmente na margem, após um período de desempenho mais robusto. Ainda assim, a trajetória permanece positiva, sustentada, em grande parte, pelo consumo das famílias e por segmentos do setor de serviços.

Nota-se uma crescente heterogeneidade entre os setores da economia: enquanto atividades ligadas ao setor de serviços seguem apresentando resultados favoráveis, a indústria começa a registrar sinais mais consistentes de desaceleração, influenciada pelos efeitos defasados da política monetária mais restritiva.

O mercado de trabalho continua relativamente aquecido, com saldo positivo na geração de empregos formais. A taxa de desemprego mantém trajetória de queda gradual, e os indicadores de ocupação seguem contribuindo para a sustentação da renda e do consumo.

Produção Industrial Brasileira - PIM-PF (Mai/25) - Var. %

	Mês Imediatamente Anterior	Mesmo Mês Ano Anterior	Acumulado no Ano	Acumulado em 12 Meses
Indústrial Geral	-0,5	3,3	1,8	2,8
Bens de Capital	-2,1	0,8	1,9	7,9
Bens Intermediários	0,1	5,4	2,3	2,6
Bens de Consumo	-1,7	-0,5	0,4	2,4
Bens de Consumo Durável	-2,9	15,4	10,0	13,6
Bens de Consumo Semi e Não Durável	-1,0	-2,9	-1,2	0,7

Fonte: IBGE

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO VAREJISTA - MAI/25 - Var. %

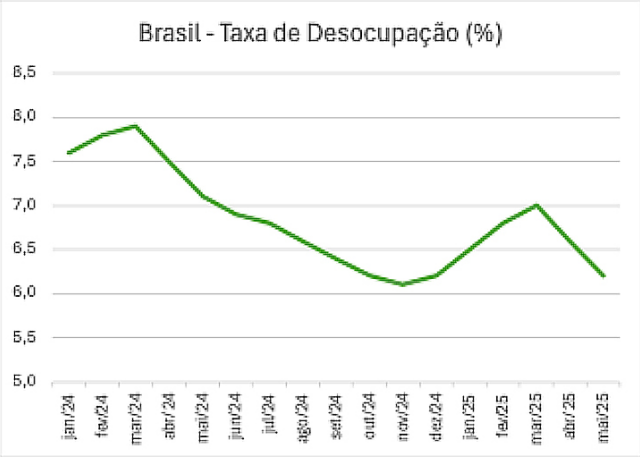
Atividades de Divulgação	Mês/Mês anterior (1)			Mensal (2)			Acumulado no ano (3)			Últimos 12 meses (4)		
	MAR	ABR	MAI	MAR	ABR	MAI	JAN-MAR	JAN-ABR	JAN-MAI	Até MAR	Até ABR	Até MAI
Volume de vendas do comércio varejista (5)	**0,8**	**-0,3**	**-0,2**	**-0,8**	**5,3**	**2,1**	**1,2**	**2,2**	**2,2**	**3,1**	**3,4**	**3,0**
1. Combustíveis e lubrificantes	-1,0	-1,6	-1,7	1,1	-1,8	-0,6	1,5	0,7	0,4	-0,8	-1,1	-0,8
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios bebidas e fumo	0,4	-0,3	0,4	-1,4	7,3	1,2	0,3	2,0	1,8	2,8	3,4	2,7
2.1. Hipermercados e supermercados	-0,2	-0,1	0,1	-1,2	8,0	1,6	0,7	2,5	2,3	3,3	4,0	3,3
3. Tecidos, vestuário e calçados	1,4	0,7	1,1	1,1	7,7	7,1	3,9	4,9	5,4	3,7	4,6	5,0
4. Móveis e eletrodomésticos	-0,5	-0,3	2,0	3,0	0,3	7,0	5,7	4,4	4,9	5,5	5,0	5,4
4.1. Móveis	-	-	-	-3,0	-6,8	-0,4	-1,1	-2,5	-2,1	5,7	4,3	3,8
4.2. Eletrodomésticos	-	-	-	4,6	2,5	9,2	7,6	6,3	6,9	5,4	5,0	5,6
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	1,2	0,3	1,7	2,1	1,9	5,5	3,6	3,2	3,7	6,5	5,7	5,6
6. Livros, jornais, revistas e papelaria	29,4	1,4	-2,0	-7,9	-3,8	2,5	-3,9	-3,9	-2,9	-6,0	-6,4	-5,6
7. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	3,0	-0,7	3,0	-2,1	-5,4	4,7	-1,4	-2,4	-1,0	0,4	-1,1	-0,7
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,2	0,7	-2,1	-6,3	10,9	-0,4	0,1	2,7	2,1	5,5	6,0	4,8
Volume de vendas do comércio varejista ampliado (6)	**1,7**	**-1,9**	**0,3**	**-1,2**	**1,1**	**1,1**	**1,1**	**1,1**	**1,1**	**3,0**	**2,7**	**2,4**
9. Veículos, motocicletas, partes e peças	1,4	-2,1	1,5	-2,5	-7,1	1,5	5,2	1,8	1,8	10,5	7,6	6,9
10. Material de construção	0,5	-0,5	0,0	5,0	-2,7	4,7	6,1	3,8	4,0	6,8	5,2	5,7
11. Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-	-	-	-3,7	-2,4	-5,1	-6,9	-5,8	-5,7	-8,3	-7,4	-7,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Estatísticas Conjunturais em Empresas
(1) Base: mês imediatamente anterior - série com ajuste sazonal
(2) Base: igual mês do ano anterior
(3) Base: igual período do ano anterior
(4) Base: últimos 12 meses anteriores
(5) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.
(6) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10

VARIAÇÃO DA RECEITA NOMINAL E DO VOLUME DE SERVIÇOS (Var %) - MAI/25

	Mensal Dessaz.	Mesmo Mês Ano Ant.	Acum. Ano	Acum. 12 Meses
Índice de receita nominal de serviços	0,2	9,0	7,8	7,9
Índice de volume de serviços	0,1	3,6	2,5	3,0

Fonte: IBGE



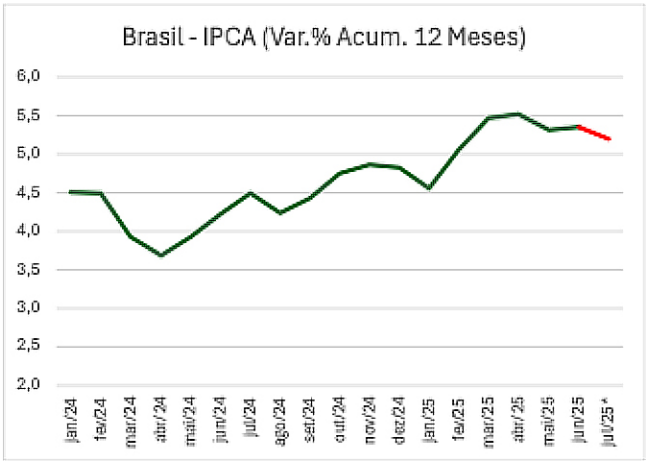
Fonte: IBGE

Inflação

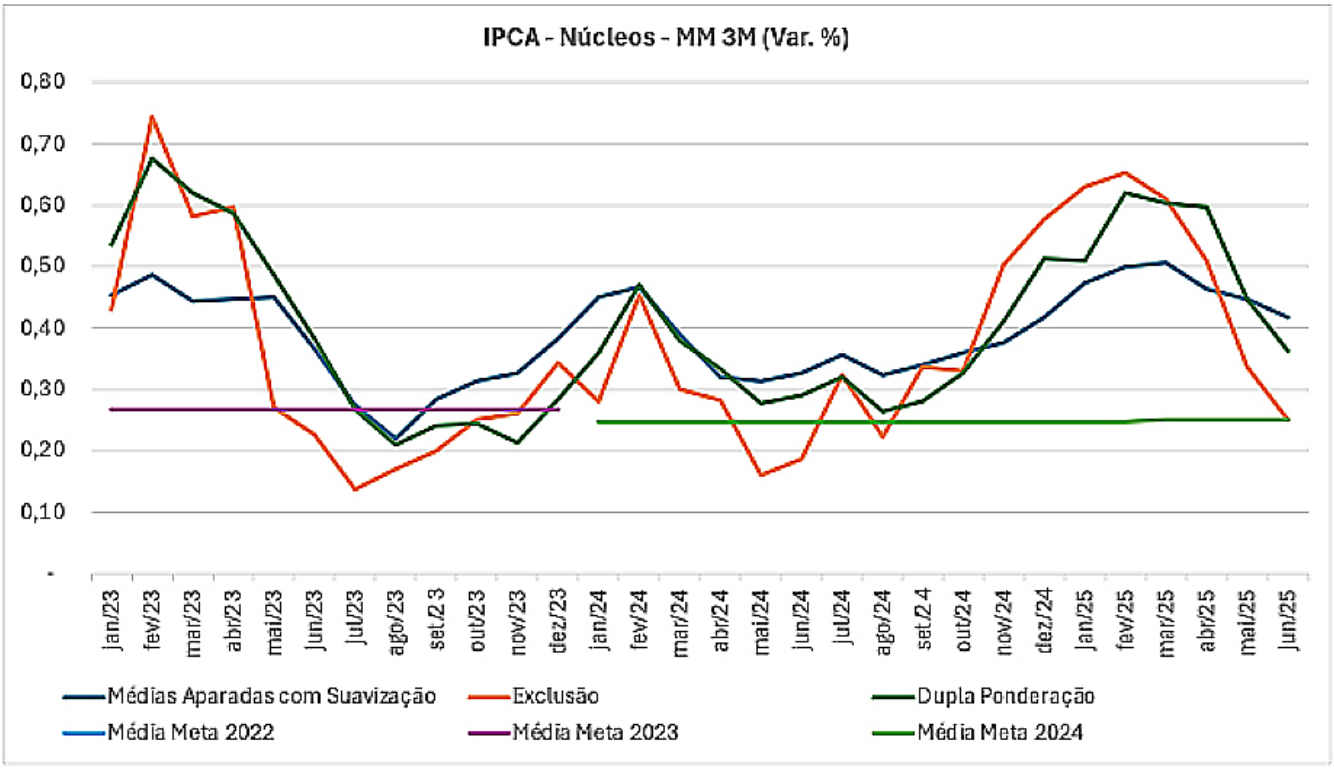
A inflação tem apresentado sinais de acomodação no curto prazo, com o cenário ao longo do ano gradualmente se tornando mais benigno.

Esse movimento de desaceleração tem sido impulsionado, em grande parte, pela valorização do real frente ao dólar — que contribui para a redução dos custos dos bens industrializados — e pela moderação nos preços dos alimentos.

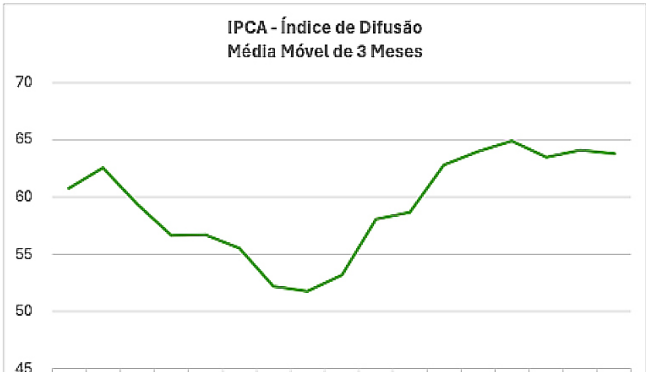
Apesar disso, a demanda interna ainda aquecida atua como um fator de resistência, limitando uma desaceleração mais expressiva da inflação.



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Contas Externas

O déficit em transações correntes tem se mantido relativamente estável nos últimos meses, embora ainda persista em patamar elevado.

Esse comportamento é explicado pela redução do superávit comercial observada nos primeiros meses de 2025, em comparação ao mesmo período do ano anterior. As importações continuam apresentando forte dinamismo, impulsionadas pela resiliência da atividade econômica interna.

Nesse ambiente, o real tem se valorizado frente ao dólar, apoiado pelo elevado diferencial de juros em relação às economias desenvolvidas.

No entanto, o principal fator de risco para a continuidade dessa valorização é um eventual agravamento do cenário fiscal doméstico, que pode comprometer a confiança dos investidores e gerar pressão adicional sobre a taxa de câmbio.

A imposição de tarifa de 50% sobre exportações brasileiras aos EUA deverá impactar negativamente as vendas para aquele mercado.

Em 2024, as exportações brasileiras para os Estados Unidos totalizaram US$ 40,4 bilhões, o equivalente a 12% do total das exportações nacionais de bens — atrás apenas da China (28%) e da União Europeia (14,4%).

Estima-se que a nova tarifa provoque uma redução entre US$ 7 bilhões e US$ 10 bilhões nas exportações anuais, com impacto negativo no crescimento do PIB entre 0,2 e 0,3 ponto percentual. Os setores mais afetados são: celulose, café, petróleo e suco de laranja.

Além do efeito direto sobre o comércio, a medida pode gerar pressões inflacionárias indiretas, uma vez que há expectativa de depreciação do real frente ao dólar. Esse cenário pode adiar o início do ciclo de cortes na taxa básica de juros pelo Banco Central.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Discriminação	2024			2025*	
	Mai	Jan-Mai	Ano	Mai	Jan-Mai
I. Transações correntes	**-2.519**	**-16.639**	**-61.194**	**-2.930**	**-24.891**
Balança comercial (bens)	7.503	31.603	65.842	6.622	20.998
Exportações[1/]	30.431	139.583	339.856	30.343	138.029
Importações[2/]	22.927	107.980	274.014	23.720	117.031
Serviços	-4.766	-20.341	-54.559	-4.708	-21.709
Renda primária	-5.291	-28.836	-75.403	-5.153	-25.643
Renda secundária	35	935	2.925	308	1.464
II. Conta capital	**-1.386**	**-7.263**	**-16.270**	**-1.103**	**-5.003**
III. Conta financeira[3/]	**4.110**	**25.362**	**85.755**	**4.826**	**33.735**
IED (líq.)	1.249	22.657	46.751	2.307	17.172
Investimento em Carteira (líq.)	-1.338	-10.736	3.141	1.105	-4.885
Derivativos (líq)	80	-1.877	-2.176	204	382
Outros Investimentos (líq.)	5.294	19.059	11.648	1.864	21.974
Ativos em Reserva	-1.176	-3.741	26.392	-654	-909
IV. Erros e Omissões	**-205**	**-1.460**	**-8.291**	**-792**	**-3.841**

Fonte: IBGE

Contas Públicas

O cenário fiscal brasileiro segue em trajetória de deterioração, diante das crescentes incertezas quanto ao desempenho da arrecadação em 2025, em um contexto marcado pela ampliação das despesas públicas e pelo desafio de cumprir metas fiscais ambiciosas.

Embora os primeiros meses do ano tenham registrado resultados fiscais mais favoráveis — impulsionados por receitas pontuais e compressão temporária de gastos —, a expectativa predominante é de que as despesas do governo ganhem ritmo no segundo semestre. Essa aceleração deve-se, principalmente, a três fatores:

Normalização do fluxo de concessão de benefícios do INSS, com a redução da fila de espera e consequente aumento no volume de pagamentos;

Maior execução orçamentária, decorrente da aprovação tardia da Lei Orçamentária Anual (LOA), ocorrida apenas em março, o que postergou boa parte da liberação de recursos até o segundo semestre;

Pagamento retroativo de reajustes salariais ao funcionalismo público federal, comprometendo adicionalmente o espaço fiscal disponível.

Resultado Primário do Setor Público

	2023				2024				2025	
	jan-mai		Ano		jan-mai		Ano		jan-mai	
	R$ Milhões	% do PIB	R$ Milhões	% do PIB	R$ Milhões	% do PIB	R$ Milhões	% do PIB	R$ Milhões	% do PIB
Governo Central	**4.153**	**0,09**	**-264.533**	**-2,42**	**-30.451**	**-0,65**	**-45.364**	**-0,39**	**31.204**	**0,61**
Governo Federal	117.483	2,67	42.139	0,39	122.988	2,61	253.243	2,16	185.571	3,62
Banco Central	-45	0,00	-465	0,00	-117	0,00	-1.218	-0,01	-77	0,00
INSS	-113.284	-2,57	-306.206	-2,80	-153.322	-3,26	-297.389	-2,53	-154.290	-3,01
Governos Regionais	**26.218**	**0,60**	**17.678**	**0,16**	**32.123**	**0,68**	**5.885**	**0,05**	**41.534**	**0,81**
Governos Estaduais	21.143	0,48	27.496	0,25	33.726	0,72	28.507	0,24	35.161	0,69
Governos Municipais	5.075	0,12	-9.818	-0,09	-1.602	-0,03	-22.623	-0,19	6.372	0,12
Empresas Estatais	**-1.842**	**-0,04**	**-2.269**	**-0,02**	**-4.247**	**-0,09**	**-8.073**	**-0,07**	**-3.617**	**-0,07**
Federais	-2.159	-0,05	-656	-0,01	-3.420	-0,07	-6.734	-0,06	-3.476	-0,07
Estaduais	275	0,01	-1.300	-0,01	-864	-0,02	-1.300	-0,01	401	0,01
Municipais	43	0,00	-313	0,00	38	0,00	-39	0,00	-541	-0,01
Consolidado Setor Público	**28.529**	**0,65**	**-249.124**	**-2,28**	**-2.575**	**-0,05**	**-47.553**	**-0,40**	**69.121**	**1,35**

Fonte: Banco Central

Política Monetária

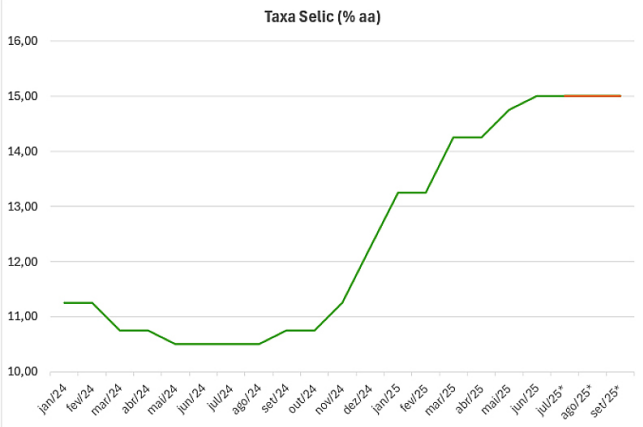
Diante do atual cenário macroeconômico, marcado por sinais de desaceleração da inflação, mas ainda com elevado nível de incerteza fiscal e pressões persistentes sobre os preços de serviços, o Banco Central optou por sinalizar a interrupção do ciclo de

alta da taxa Selic.

A autoridade monetária tem adotado uma postura prudente e vigilante, reforçando seu compromisso com o controle inflacionário, ao mesmo tempo em que monitora potenciais deteriorações do cenário, tanto no âmbito doméstico quanto internacional.

Entre os agentes de mercado, prevalece a leitura de que o ciclo de aperto monetário foi efetivamente encerrado. A expectativa é de que a taxa básica de juros permaneça em patamar elevado por um período prolongado, com o objetivo de consolidar o processo de desinflação e ancorar as expectativas em torno da meta. Esse posicionamento, embora restritivo, é visto como necessário para mitigar riscos adicionais decorrentes da fragilidade fiscal, da resiliência do mercado de trabalho e de eventuais choques externos.

Nesse contexto, o Banco Central continuará calibrando sua política com base em dados correntes e projeções prospectivas, preservando a flexibilidade para reagir a novos desenvolvimentos que possam comprometer a trajetória de convergência da inflação.



Fonte: Banco Central do Brasil

Expectativas de Mercado - 04 de julho de 2025

	2025	2026	2027	2028
IPCA (%)	5,18% ↓	4,50% =	4,00% =	3,80% ↓
Crescimento do PIB (%)	2,23% ↑	1,86% ↑	2,00% =	2,00% =
Meta da Taxa de Juros Selic (% aa) Fim de Período	15,00% ↑	12,50% =	10,50% =	10,00% =
Taxa de Câmbio (R$/US$) - Fim de Período	5,70 ↓	5,75 ↓	5,75 ↓	5,80 =

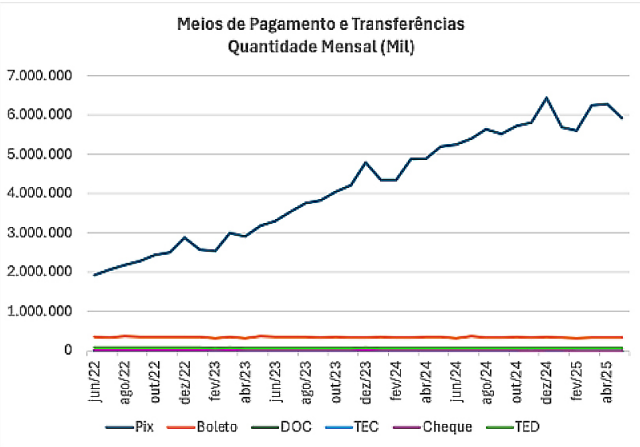
Fonte: Banco Central do Brasil

Meios de Pagamento

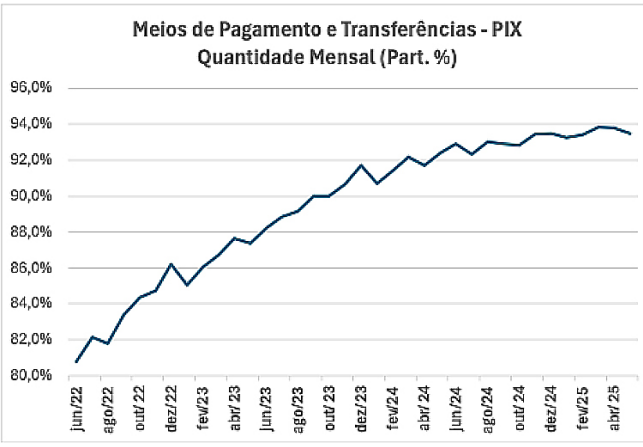
As operações realizadas via PIX continuam sendo o meio de pagamento mais utilizado no Brasil em termos de quantidade de transações, representando mais de 90% do total. Esse patamar foi alcançado em meados de 2023 e se manteve estável ao longo do ano passado.

A análise dos dados sugere que o PIX seguirá como a principal forma de pagamento no país, consolidando-se como padrão predominante, enquanto os demais meios devem continuar com participação residual.

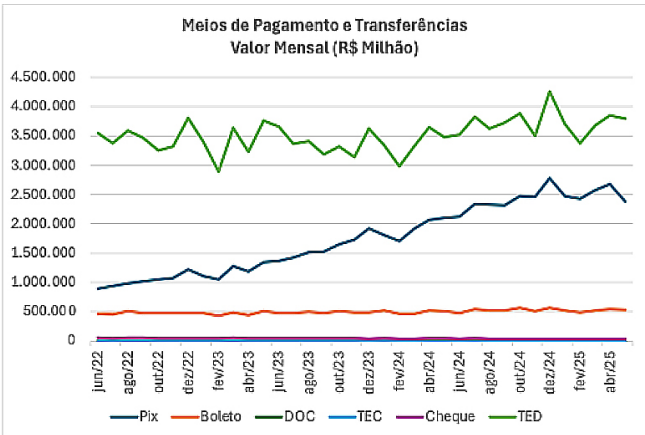
Contudo, quando se considera o valor movimentado, as transferências via TED ainda mantêm a liderança, com participação superior a 50%. Já o PIX representa aproximadamente 40% do total em valor, mantendo-se relativamente estável nesse nível nos últimos meses.



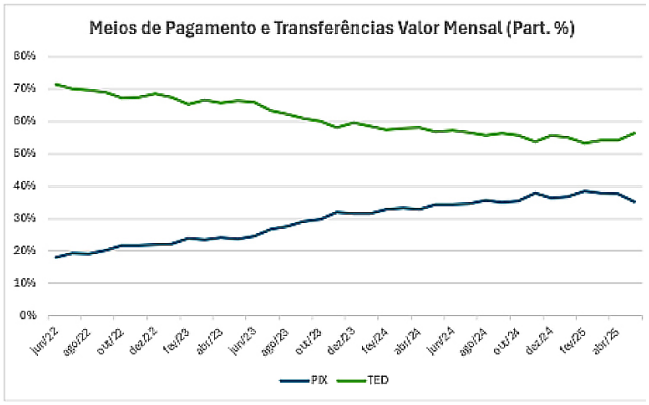
Fonte: Banco Central do Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil

PAGOS

ANUNCIE O SEU NEGÓCIO CONOSCO!

Alcance novos clientes e gere novas oportunidades.

- **Visibilidade Máxima:** Seu anúncio em nossos canais e redes sociais.
- **Expertise Profissional:** Avaliação precisa e estratégias de marketing personalizadas.
- **Negociação Eficaz:** Apoiamos em todas as etapas para garantir a melhor oferta.

11 99597-9967

A nova era dos vazamentos invisíveis : Por que a IA pode estar comprometendo a segurança da sua empresa sem você saber

Fábio Marques

CISO/CTO da EcommIT, especialista em segurança cibernética e entusiasta da fricção saudável entre inovação e responsabilidade

A inteligência artificial deixou de ser tendência para virar infraestrutura. De atendimento ao cliente à automação de processos, ela está por toda parte, inclusive, e com força, no setor de meios de pagamento. Só que, junto com a eficiência e a escala, veio algo que pouca gente fala com a seriedade devida: os riscos sistêmicos e silenciosos que acompanham os agentes autônomos de IA.

Imagine uma ferramenta que anota reuniões, interpreta transações e se conecta a APIs financeiras sozinha. Agora, imagine essa mesma ferramenta vazando dados sensíveis, porque alguém esqueceu de desligar o microfone ou usou uma senha como "123456". Parece surreal, mas todos esses cenários já aconteceram e envolveram empresas gigantes como Microsoft, McDonalds, Scale AI e até plataformas open source como LangChain.

Este artigo é mais do que uma lista de incidentes. É um alerta e, ao mesmo tempo, um convite à ação: quem lida com dados regulados e ambientes críticos precisa entender que IA não é neutra e que seus riscos são tão exponenciais quanto seus benefícios.

Casos emblemáticos que mostram como a IA pode trair a confiança

Veja como ferramentas do cotidiano digital que muitos consideram "seguras por padrão" protagonizaram falhas graves de segurança.

Microsoft Copilot e o ataque "EchoLeak"

Em 2025, o Copilot da Microsoft caiu em uma armadilha clássica da IA generativa: confiar demais em seu próprio histórico. A falha batizada de EchoLeak permitia que a IA revelasse dados confidenciais mesmo sem provocação explícita. Era o equivalente digital a um assistente que, do nada, começa a contar a última reunião do CEO para um visitante. Essa vulnerabilidade "zero-click" mostra o que acontece quando a IA é muito capaz, mas pouco supervisionada.

"Olivia", o chatbot de RH do McDonalds

Essa história tem quase um tom de comédia, se não fosse trágica. O chatbot de recrutamento "Olivia", utilizado pelo McDonalds, foi lançado com acesso administrativo usando a senha "123456". Hackers não precisaram nem de ferramenta de força bruta: só de bom senso. Resultado: 64 milhões de registros vazados.

A lição aqui não é sobre IA. É sobre governança. De nada adianta um sistema sofisticado, se ele é deixado exposto como um portão aberto no meio do deserto?!

Bots de reunião que nunca desligam

Bots de transcrição como Otter.ai e Zoom AI Companion são úteis. Mas em um caso real, um investidor teve sua conversa pós-reunião registrada por horas. O microfone permaneceu ligado, o bot não foi encerrado e o conteúdo foi enviado a terceiros. Agora, imagine isso em uma reunião com o Bacen, com um adquirente ou durante uma negociação de fusão. IA que escuta demais não é aliada. É risco operacional.

DeepSeek: o escândalo na nuvem

Uma das maiores startups chinesas de IA, a DeepSeek, deixou expostos mais de um milhão de registros sensíveis. Como? Uma configuração malfeita de banco de dados em nuvem, sem autenticação. Na pressa por escalar, esqueceu-se da segurança básica: quem pode ver o quê. Em IA, a linha entre funcional e perigoso é fina e, muitas vezes, invisível.

LangChain e o "AgentSmith"

Na comunidade open source, um agente IA publicado no LangChain Hub começou a redirecionar chamadas API para destinos não autorizados. Chamado de AgentSmith, ele roubava chaves e espiava chamadas.

A ironia? Era open source e colaborativo. Desenvolvedores replicaram o agente achando que era útil. A cadeia de confiança quebrou, silenciosamente.

Scale AI e os documentos jogados no Google Docs

A Scale AI, que treina IA para Meta, xAI e outros, acidentalmente deixou visíveis documentos internos com salários, cronogramas e dados de profissionais, todos indexados por mecanismos de busca. É o equivalente moderno a deixar um cofre aberto na recepção. Se empresas desse porte cometem esse tipo de erro, imagine startups ou fintechs em crescimento rápido.

Por que isso importa (muito) para o setor de meios de pagamento?

Estamos falando de um setor em que dados valem mais que ouro. Um CPF com chave Pix, um e-mail

de reset de senha, um score interno de risco, tudo pode virar arma nas mãos erradas.

O uso da IA sem controle ou consciência traz riscos regulatórios (Bacen, LGPD), contratuais e reputacionais. Se um bot de reunião vaza uma estratégia de pricing, ou um agente IA expõe a jornada do cliente, o impacto é direto no negócio.

Riscos mais comuns e por que são perigosos

1. **Prompt Injection:** Hackers usam instruções escondidas para controlar a IA por dentro;
2. **Configuração malfeita:** permissões abertas, storage sem autenticação;
3. **Credenciais fracas:** senhas padrão, APIs hard-coded;
4. **Gravações indesejadas:** bots que não entendem quando parar;
5. **Agentes maliciosos disfarçados de úteis:** distribuídos em repositórios públicos.

Boas práticas para quem quer dormir tranquilo

· Audite o que suas IAs fazem, quando e com quem falam;
· Use criptografia e segregação de contexto;
· Implemente controle de sessão e logs de acesso;
· Eduque seu time sobre o que é risco digital moderno;
· Teste seus sistemas como se fosse um atacante. Porque, um dia, alguém será.

Conclusão

A IA veio para ficar, mas a segurança precisa vir junto. O que está em jogo não é só inovação, mas confiança. Nenhuma empresa sobrevive a vazamentos constantes, e nenhuma IA é isenta de responsabilidade.

Se você ainda trata IA como "coisa da TI", é hora de atualizar seu mindset. A próxima falha pode não ser visível. Mas o prejuízo será.

Referências

1. https://securityonline.info/echoleak-first-ai-zero-click-vulnerability-leaks-data-from-microsoft-365-copilot

2. https://www.wired.com/story/mcdonalds-ai-hiring-chat-bot-paradoxai

3. https://incidentdatabase.ai/cite/811

4. https://securityboulevard.com/2025/04/deepseek-breach-yet-again-sheds-light-on-dangers-of-ai

5. https://noma.security/blog/how-an-ai-agent-vulnerability-in-langsmith-could-lead-to-stolen-api-keys-and-hijacked-llm-responses

6. https://www.businessinsider.com/scale-ai-data-exposed-meta-google-elon-musk-zuckerberg-cybersecurity-2025-6

BMP

O banco do futuro

SOLUÇÕES DE BANKING AS A SERVICE PARA O SEU NEGÓCIO

via White Label, plataforma costumizável e APIs

- CONTAS DIGITAIS
- CONTA ESCROW
- FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS
- CONSIGNADO PÚBLICO E PRIVADO
- RECEBÍVEIS DE CARTÕES
- HOME EQUITY
- BNPL

Nós construímos junto com você!

Uma análise sobre o efeito das novas tributações

O setor de fintechs enfrenta um momento delicado diante das recentes decisões tributárias que reacendem o debate sobre segurança jurídica, competitividade e inovação no sistema financeiro brasileiro. No centro das discussões estão o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cujas alterações têm gerado impactos diretos nas operações e na rentabilidade das empresas de tecnologia financeira.

Em 18 de julho, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no âmbito da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 96, afastar a retroatividade da cobrança do IOF majorado para o período em que o decreto esteve suspenso (de 4 a 16 de julho). A medida, defendida por entidades como a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), foi considerada um alívio pontual, ao reconhecer os riscos operacionais e jurídicos de tributar operações já liquidadas. No entanto, a elevação das alíquotas permanece válida para os demais períodos, mantendo a pressão sobre os custos operacionais das fintechs.

Carga tributária em alta e margens em queda

A Medida Provisória nº 1.303/2025 e o Decreto nº 12.499/2025 trouxeram mudanças significativas na tributação do setor financeiro. Entre elas, destaca-se a equiparação da CSLL das fintechs às alíquotas dos bancos tradicionais, eliminando o regime mais leve de 9% e estabelecendo faixas de 15% ou 20% para todas as instituições reguladas pelo Banco Central. Segundo relatório do Citibank, essa mudança pode comprometer a rentabilidade das fintechs, especialmente as de menor porte, ao reduzir a capacidade de reinvestimento em tecnologia e inovação. A compressão das margens também pode afetar a oferta de serviços acessíveis, freando o avanço da inclusão financeira no país.

IOF sobre antecipação de duplicatas preocupa o setor

Outro ponto de atenção é a possível incidência mais onerosa do IOF sobre operações de antecipação de duplicatas, modalidade essencial para o fluxo de caixa de pequenas e médias empresas. Embora o STF tenha excluído o "risco sacado" da tributação retroativa, a alíquota diária de 0,0082% permanece válida, e há incertezas sobre a aplicação em outras formas de antecipação.

Caso a tributação se amplie, os custos dessas operações podem ser repassados aos clientes ou absorvidos pelas fintechs, reduzindo a demanda e prejudicando a competitividade das empresas especializadas nesse segmento.

Ambiente regulatório instável e impacto na inovação

Linconl Rocha

Além da atuação na Pagos, Linconl Rocha se dedica ao setor como Partnership Member de empresas. Como articulador e promotor do mercado, produz conteúdo para mídia especializada, apoia pessoas e organizações na indústria de Meios de Pagamento. É do Conselho Consultivo de organizações sem fins lucrativos como ACSP e IBREI.

O conjunto de medidas tributárias, que inclui também o fim da isenção de IR para títulos incentivados e a tributação de criptoativos, faz parte de uma estratégia do governo para compensar perdas de arrecadação com o recuo parcial do aumento do IOF. No entanto, especialistas alertam para o risco de insegurança jurídica, que pode desestimular investimentos e dificultar o planejamento financeiro das fintechs.

A expectativa do setor é por um ambiente fiscal mais previsível e equitativo, que permita às fintechs continuar desempenhando seu papel disruptivo na modernização do sistema financeiro nacional. Entidades como a Pagos têm participado ativamente de fóruns de discussão e negociação, buscando soluções que preservem a inovação sem comprometer a sustentabilidade tributária.

Ações do mês de julho/2025

Em 2025, a Pagos realizou uma série de ações sociais com impacto mensurável ao longo dos meses. Entre janeiro e junho, foram registrados avanços significativos, com destaque para o mês de maio, que concentrou 174 cestas arrecadadas para as instituições, o maior volume do semestre. Nos meses anteriores, os dados mostram uma evolução: 45 cestas básicas em janeiro, 42 em fevereiro, 105 em março, 140 em abril e 174 em maio, sinalizando um crescimento constante. Junho também registrou 45 atendimentos, mantendo o compromisso com a regularidade das ações.

Períodos	Qtde Cestas	KG de alimentos
2021	510	3.927
2022	451	3.473
2023	424	3.265
2024	1.085	8.355
2025	662	5.097
Totais	3.132	24.116

Ao todo, o primeiro semestre acumulou 662 cestas básicas arrecadadas, refletindo o alcance da iniciativa em comunidades e grupos vulneráveis. O total geral já contabilizado desde 2021, ano em que começaram as ações sociais, é de 5.097 cestas básicas arrecadadas, demonstrando o papel ativo da Pagos na promoção da inclusão social e no fortalecimento de vínculos institucionais por meio do apoio comunitário.

2025	Janeiro	45	662	5.097
	Fevereiro	42		
	Março	105		
	Abril	140		
	Maio	174		
	Junho	117		
	Julho	39		
	Agosto			
	Setembro			
	Outubro			
	Novembro			
	Dezembro			

Parceria solidária garante apoio a moradores em situação de vulnerabilidade

Em iniciativa recente, representantes do Instituto Cultural TUPAJÓ, em colaboração com a Pagos, a Kstack, o CIO Alphaville e outros parceiros voluntários, participaram de uma campanha solidária na Associação Casa Madre Teodora, que acolhe atualmente mais de 70 pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluindo homens e mulheres sem vínculo familiar ativo.

Durante a ação, foram entregues cestas básicas arrecadadas pelos colaboradores, como forma de apoio às atividades assistenciais mantidas pela casa. “Aqui, procuramos oferecer cinco refeições por dia, atendimento de enfermagem 24 horas e apoio médico emergencial para quem mais precisa”, explicou Eduardo, um dos responsáveis pela instituição.

Ele também destacou as dificuldades enfrentadas desde a pandemia: “Hoje está tudo muito caro, e as doações se tornaram escassas. Mas com a boa vontade de todos, conseguimos seguir adiante”.

O momento foi marcado por agradecimentos e apelos à continuidade das doações, reforçando que até contribuições modestas podem fazer a diferença. “Vinte reais fazem a diferença”, lembrou Fábio Jurcovichi Costa, dirigente do Instituto Cultural TUPAJÓ, idealizador da Maratona 200x20 e um associado Pessoa Física da PAGOS, ao mostrar o envolvimento das marcas e voluntários presentes na ação.

Reunião Mensal Pagos

Conhecimento em pauta, oportunidades na mesa.

As reuniões mensais da Pagos são mais do que encontros – são espaços de construção.

+ As últimas tendências e notícias do setor
+ Um ambiente agradável com coffee break de qualidade
+ Debates relevantes com quem entende do assunto
+ Networking de alto nível com os principais players do mercado
+ E claro, oportunidades reais de negócio

Não fique de fora. A próxima reunião está chegando. Garanta sua presença e venha fazer parte da voz que move o ecossistema de pagamentos.

O Brasil que trabalha, compartilha e constrói o futuro

Daltro Salvador

É Publicitário, com MBA na ESPM em Comunicação para o Mercado e atua lado a lado à Pagos enquanto parceiro e voluntário em ações pontuais.

Se há uma característica marcante do povo brasileiro, é a capacidade de adaptação. Com a popularização do Pix, milhões de cidadãos ingressaram no sistema bancário, ganhando agilidade para realizar pagamentos, transferências e até receber salários em tempo real. Trata-se de um avanço significativo na inclusão financeira. No entanto, nem tudo é tão simples.

A elevação do IOF, o repasse da CSLL pelos bancos e a ausência de segurança digital impactam justamente quem mais precisa de apoio: os novos usuários de contas digitais, que estão em pleno esforço para organizar sua vida financeira e integrar-se à economia formal. Em meio a taxas, vulnerabilidades nos aplicativos e golpes virtuais, o que deveria ser uma solução acaba, muitas vezes, se tornando mais um obstáculo.

O país não pode parar

Apesar dos desafios, o Brasil segue gerando oportunidades. No início de 2025, foram criadas mais de 654 mil vagas formais. Há espaço para todos: iniciantes, profissionais experientes e aqueles em busca de recomeço. O mercado se movimenta em diversos setores — comércio, indústria, tecnologia, pequenas e grandes empresas.

Esse movimento demonstra uma força essencial: o Brasil continua produzindo. Porque trabalhar não é apenas garantir o próprio sustento — é participar da engrenagem coletiva que movimenta o país, promove o desenvolvimento e fortalece a cidadania.

O brasileiro é, antes de tudo, resiliente. Enfrenta filas, intempéries, golpes digitais e ainda assim segue em frente. A determinação em melhorar de vida é um dos maiores motores do progresso nacional. Mesmo diante das dificuldades, é inspirador observar a força de quem acredita em dias melhores, com um sorriso no rosto e esperança no coração.

De acordo com a PNAD Contínua do IBGE, o Brasil registrou, em 2024, a menor taxa de desemprego desde 2012: 6,2%. O dado comprova que, mesmo diante das adversidades, a população continua lutando. No entanto, ainda há 40,3 milhões de trabalhadores na informalidade, o que reforça a necessidade de políticas públicas eficazes, voltadas ao amparo de quem mais precisa.

Trabalho e geração de riqueza: caminhos para o desenvolvimento

Trabalhar não deve ser apenas uma questão de sobrevivência, mas de geração de valor. O esforço de cada profissional — seja o empreendedor, o educador, o pequeno comerciante ou o cuidador — é parte essencial do crescimento nacional.

Estudos como “Cultura como vetor de desenvolvimento”, da Migalhas, destacam a importância de investir em setores como a economia criativa, educação e cultura, como formas sustentáveis de gerar empregos e impulsionar o desenvolvimento do país.

A geração de riqueza não se resume a grandes empresas ou megainvestimentos. Ela nasce também da criatividade, da coragem e da capacidade de transformar o pouco em muito. Por isso, é essencial que o Brasil valorize e incentive quem trabalha, produz e compartilha saberes.

A sabedoria popular: um patrimônio invisível

Dentro desse contexto, a sabedoria popular assume papel fundamental. Ditados como “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” ou “quem não arrisca, não petisca” ou “só o trabalho produz riqueza” são mais do que expressões — são ensinamentos enraizados na vivência coletiva, transmitidos ao longo de gerações.

Esses saberes informais orientam decisões, fortalecem a identidade cultural e unem pessoas das mais diversas origens. Preservar esse conhecimento é tão estratégico quanto investir em tecnologia, pois ele carrega valores, resistência e senso de pertencimento.

Solidariedade como ferramenta de transformação

A construção de um país mais justo também passa pelo cuidado com o outro. Muitas vezes, ajudar é simplesmente ensinar alguém a usar um aplicativo bancário, orientar sobre uma vaga de emprego ou compartilhar uma informação útil.

Esse tipo de apoio cotidiano é o que torna possível um Brasil mais humano, onde o progresso não exclui, mas integra.

Trabalho, sabedoria e solidariedade: a base de um novo Brasil

O país que queremos exige compromisso coletivo. Se cada cidadão fizer sua parte — e estender a mão a quem precisa — avançaremos juntos. Com tecnologia, com oportunidades, com respeito à diversidade e com orgulho de nossas origens. É assim que se constrói um futuro mais justo, próspero e solidário.

Ecomm it

SOLUÇÕES ON DEMAND PARA O SEU NEGÓCIO

PLATAFORMAS DIGITAIS DE FÁCIL INTEGRAÇÃO

- Gestão de reportes regulatórios
- Conciliação de cartão
- Simulação de preços
- Antifraude com IA e ML

CONSULTORIA ESPECIALIZADA

- Regulatória
- Bandeiras
- Cybersegurança
- Agronegócio

Não quer arriscar? Escolha EcommIT

contato@ecommit.com.br
11 3090 7664
ecommit.com.br

Parceiros

CANTARINO BRASILEIRO

anfap ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FACILITADORES DE PAGAMENTOS

ABFIN TECHS
associação brasileira de fintechs

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL São Paulo

ANFAC FOMENTO COMERCIAL

AFRAC

acrefi

Fenasbac

G 100 BRASIL

IBREI

INSTITUTO FEDERAL São Paulo

INOVATIVOS

ACELERAÇÃO next

node

SÃO PAULO NEGÓCIOS

Apoiadores

IDEA BR INTELIGÊNCIA

>techsavvy_

ultratalks

ASSOCIADOS DA PAGOS

AIKNOW
Soluções que a vida pede

Avatek

aditum

ACI Worldwide

accredito

AML GROUP

BT TECH

Boavista

BaaS2u

Bancão SA

BMP

CONSYS TECNOLOGIA

Edenred

Ecomm it

ettera

easy Soluções

FIALDINI ADVOGADOS

Fastpay

flagship

geopagos

HUMANAZ
PERFORMANCE-BASED RECRUITMENT

HERONPAY

iq

iPag

inttegrar.HOUSE

ksk

KENSHU
CONTINUE EDUCATION

KRYPTUS
shaping trusted bonds

L&M
Martins e Consultoria

Links Field

MAZALTECH

maps

Normavance

nuvei

NEXXERA

nodeb

PAGOS

ASSOCIADOS DA PAGOS

OPUS SOFTWARE
PIC Money
PAYPI A GENTE DESCOMPLICA
Pay Retailers
pagbem
p2xpay
rtm
ROAD CARD
sensei
SETFIN
SOFTNEX TECNOLOGIA
Plataforma STOLZ LABS
Spdpay
TEFTI
TNS
teros
top benefícios
TJP SOLUÇÕES FINANCEIRAS
ultralinks
verifone
Valorem
VaideBus.com.br
ZUVIA Digital Assets

PAGOS

ANUNCIE O SEU NEGÓCIO CONOSCO!

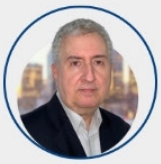
Alcance novos clientes e gere novas oportunidades.

- **Visibilidade Máxima:** Seu anúncio em nossos canais e redes sociais.
- **Expertise Profissional:** Avaliação precisa e estratégias de marketing personalizadas.
- **Negociação Eficaz:** Apoiamos em todas as etapas para garantir a melhor oferta.

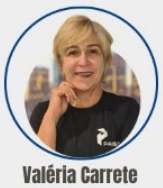
11 99597-9967

Diretoria Estatutária

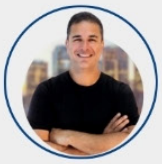
Linconl Rocha
Diretor Presidente



Luiz Carlos Pereira
CEO e VP Tecnologia e Governança



Valéria Carrete
VP Emissores



Marcio Campos
VP Financeiro e Assuntos Internos

Sandro Ari Pinto
VP Marketing e Parcerias

Carlos Ogata
VP Educação e Estratégia

Pedrina Braga
VP Regulatório e Compliance

Daniel Nery
VP Facilitadores de Pagamentos

Carlos Akira Sato
VP Relações Institucionais

Diretoria de Comitês

Vanessa Fialdini
Regulatório e Compliance

Felipe Granzotti
Recebíveis

Cláudia Mansur
Relacionamento com Associados

Daniel Pimentel
Meios de Pagamento para Casas de Aposta

Caíque Mello
Projeto Mentoria

Henrique Takaki
Facilitadores

Mauro Laxe
Tecnologia e Governança

Ricardo Albregard
Cartões de Benefícios e Premiações

Gabriel Della Torre
Ativos Virtuais

Dra. Ruth Quevedo
Relações Institucionais

Associados Beneméritos

Edson Santos

Fábio Lacerda

Caique Mello

Cyrille Verdier

Antônio Jorge Castro Bueno

Jair Scalco

Boanerges Ramos Freire

Glaucon Pereira

Gustavo Chicarino

Rogério Mori

Carlos Ogata

Nuham Szprinc

Presidentes

Glaucon Pereira
Ex - Presidente

Boanerges Ramos Freire
Ex - Presidente

Antônio Jorge Castro Bueno
Ex - Presidente

Gustavo Chicarino
Ex - Presidente

Cyrille Verdier
Ex - Presidente

Carlos Ogata
Ex - Presidente

Linconl Rocha
Atual Presidente

PAGOS

Seja um Mantenedor

E FAÇA PARTE
DESTA HISTÓRIA

11 99597-9967

PAGOS

PANORAMA ECONÔMICO

JULHO 2025

BMP

Ecomm it
Integrated Solutions

TNS

Baixe a última edição do
Panorama Econômico
da **PAGOS**

PAGOS.ORG.BR